

Lourenço desmente pedido de demissão

O ministro da Agricultura e Pescas, eng. Joaquim Lourenço, declarou ontem ao «Correio da Manhã» que «não é verdade que eu me tenha demitido ou que sequer tenha posto o meu lugar à disposição», desmentido assim notícias segundo as quais abandonaria o Governo.

Joaquim Lourenço afirmou, por outro lado, que «existe de facto, uma divergência entre mim e o prof. Sousa Franco quanto ao sistema de crédito agrícola», impondo-se, pelos profundos reflexos negativos que o problema toma, a sua supressão urgente, mas a questão não tem a gravidade que me pudesse levar à demissão.

«O que me preocupa neste momento — continuou o ministro da Agricultura — são os acontecimentos profundamente dramáticos que ocorreram em Morimor, e que são contrários ao clima de paz social que queremos instaurar».

Joaquim Lourenço não quis, porém, adiantar nada mais sobre este último assunto, já que «as únicas declarações que tenho são as do pessoal do meu Ministério e aguardo a conclusão do inquérito que o Governo mandou instaurar o qual, espero, esclareça o acontecimento».

Com efeito, em relação ao crédito agrícola, o responsável do MAP é da opinião de que as desintervenções têm de ter em conta a possibilidade de trabalho dos rurais não aceites pelos reservatórios, sob pena de se multiplicar a fome e a tensão no Alentejo, e assim a solução passaria pelo investimento em zonas de regadio, gerador de trabalho intenso, possibilitando a manutenção dos empregos e criando novos postos de trabalho. O mesmo ponto de vista não terá porém o ministro das Finan-



ças, Sousa Franco, que se opõe ao aumento dos créditos para investimento na agricultura.

Quanto às diversas acusações de que foi ultimamente alvo, o ministro Joaquim Lourenço limitou-se a dizer-nos que «elas são tantas que não tenho gabinete de imprensa que possa desmentir todas. É claro que não tenho nenhum contacto com o dr. Álvaro Cunhal, ou com o PC.

Eu pretendo cumprir a lei e, como tal, não posso deixar de entregar reservas, pelo que sou criticado por um dos lados, e, pelo outro, sou acusado de não as entregar. Nem sei que diga no meio disto tudo».

Entretanto, o Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte, que efectuou ontem uma reunião no Porto, decidiu exigir ao Presidente da República a promulgação com urgência das alterações à Lei do Arrendamento Rural, aprovadas no Parlamento no passado dia 19 de Julho.

«A lei alterada — disseram — dá possibilidade a todos aqueles que trabalham a terra, em caso de despedimento, poderem opor-se a esse despedimento, quando ficar em risco a sua subsistência económica, ou quando, tendo habitação ou prédio arrendado, corram risco de não conseguirem outra habitação».

